



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005961-60.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Denise Amadeu Heleno e outro**
 :

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

1. Nos termos da Lei nº 6.858/1980, sujeitam-se a mesma regra os saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.

2. No caso dos autos, a mera justificativa de que não possuem rendimentos para ingressar com o procedimento de inventário não justifica a concessão do alvará. Muito menos o fato do dinheiro ser supostamente utilizado com despesas em razão do falecimento.

3. Consigno, inclusive, que o procedimento de inventário e arrolamento, se o caso, também é passível de concessão de assistência judiciária gratuita, ou diferimento do pagamento das custas e despesas processuais, reconhecida a hipossuficiência das partes.

4. Portanto, de rigor que as autoras promovam a abertura do inventário, em razão da existência de outros bens, sendo inviável a liberação dos valores por meio de alvará avulso.

5. Pelo exposto REJEITO O PEDIDO e julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora, observada à concessão dos benefícios da gratuidade e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação.

6. Oportunamente, arquivem-se os autos.

7. P. I.

São Carlos, 09 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**